

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.781.593 - MG  
(2018/0308073-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE : L C M**  
**ADVOGADOS : ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA - MG077771**  
**ANNA CRISTINA DE CARVALHO RETTORE - MG140441**  
**EMBARGADO : T G DE C L**  
**ADVOGADOS : RODRIGO DA CUNHA PEREIRA - MG037728**  
**MARIANA LIMA TONUSSI BARBOSA E OUTRO(S) - MG099182**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL DA DECISÃO EMBARGADA. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por L. C. M. à decisão de fls. 997-1.001 (e-STJ), assim ementada:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS CASOS CONFRONTADOS. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS INDEFERIDOS LIMINARMENTE.

Alega o insurgente a existência de contradição no julgado, sustentando que, no presente caso, estaria configurada a similitude fática entre os casos confrontados, tendo em vista que o acórdão embargado interpretou como nulidade relativa – por isso passível de preclusão –, a mesma situação que foi classificada pelo aresto paradigma como nulidade absoluta, qual seja, a não intimação do assistente técnico para participar de perícia psiquiátrica/psicológica em caso de abuso sexual.

Sustenta que "o reconhecimento da preclusão é apenas consequência de se enxergar a nulidade como relativa, em lugar de absoluta, estando evidente que os dois acórdãos tratam da mesma questão chegando a conclusões diferentes, o que precisa ser uniformizado pela Corte" (e-STJ, fl. 1.005).

Brevemente relatado, decido.

Conforme assinalado na decisão embargada, as exigências relativas à demonstração da divergência jurisprudencial não foram modificadas pelo CPC/2015, assim dispondo o seu art. 1.043, § 4º:

Art. 1.043. É embargável o acórdão de órgão fracionário que:

[...]

§ 4º O recorrente provará a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, inclusive em mídia eletrônica, onde foi publicado o acórdão divergente, ou com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, indicando a respectiva fonte, e **mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.**

No caso em análise, todavia, não se verifica a alegada similitude fática entre os casos confrontados. Isso porque, no acórdão embargado foi ressaltado que, na origem, "foi aberta vista às partes acerca do laudo pericial em 06/03/2015, uma sexta-feira, iniciando-se o prazo para eventual impugnação em 09/03/2015 (segunda-feira), findando-se em 18/03/2015 (quarta-feira) - vide consulta ao sítio eletrônico deste e. Tribunal de Justiça. Ocorre que **o ora agravante, a despeito de ter se manifestado em 16/03/2015, em nada dispôs acerca do laudo psiquiátrico e psicológico, limitando-se a questionar os relatórios de fls. 1.285/1.290 acerca das visitas monitoradas ao menor**" (e-STJ, fl. 938 - grifos no original).

Nesse sentido, assinalou o Tribunal estadual que os questionamentos do ora embargante não deveriam ser conhecidos, porquanto intempestivos, entendimento que foi mantido nesta Corte Superior.

Por sua vez, no acórdão paradigma, o reconhecimento de nulidade decorreu da "ausência de intimação do assistente técnico da recorrente, no tocante ao início da perícia, em conformidade com o disposto no art. 431-A do CPC, que textualmente aponta no sentido de que as partes terão ciência da data e local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova".

Daí ter consignado a Ministra Nancy Andrighi, em seu voto, que "o acompanhamento da perícia, na espécie, deveria ter sido propiciado ao assistente da recorrente desde o primeiro momento, sob pena de supressão de dados que, tomados sob outro prisma, poderiam levar à conclusão diversa, ou, ainda, mais grave. Cerceou-se,

assim, à parte o direito de objetar futuramente os procedimentos adotados pelo perito".

A partir dessas premissas fáticas, soberanamente delineadas pelo órgão julgador local, vê-se que o acórdão embargado rejeitou a pretensão de nulidade dos atos procedimentais a partir da perícia, porquanto, tendo sido aberta vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial, o ora recorrente limitou-se a questionar os relatórios atinentes às visitas monitoradas ao menor, permanecendo silente, todavia, em relação ao laudo psiquiátrico e psicológico realizado, razão pela qual não poderia a discussão ser reaberta em momento posterior, dada a ocorrência preclusão consumativa.

Diversamente, no aresto paradigma, o que ensejou a nulidade processual foi o fato de o assistente técnico da mãe da criança não ter sido nem sequer intimado sobre a realização do laudo pericial, o que configurou cerceamento do direito de defesa, consequentemente, causa de nulidade insanável.

Registre-se que os embargos de divergência "tem por finalidade uniformizar a jurisprudência do próprio Superior Tribunal de Justiça, quando se verificarem idênticas situações fáticas nos julgados, mas tenha se dado diferente interpretação na legislação aplicável ao caso, não se prestando para avaliar possível justiça ou injustiça do *decisum*" (AgInt nos EREsp n. 1.322.449/RJ, Relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 28/8/2018).

Em verdade, a pretexto da existência de omissão e contradição, o que busca o ora embargante é a atribuição de efeitos infringentes ao julgado, a fim de reverter o resultado da decisão que lhe foi desfavorável.

Ocorre que os embargos de declaração possuem índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, nos termos do que dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015.

Logo, a excepcional atribuição de efeito modificativo ao julgado, por meio do acolhimento dos embargos declaratórios, depende da configuração de alguma das hipóteses previstas no referido dispositivo legal, o que não se verifica na hipótese.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART.

1.022, I, II E III, DO CPC/2015. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO NA INSTÂNCIA ESPECIAL. EMBARGOS REJEITADOS. CARÁTER PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015, destinam-se, precipuamente, a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material que porventura tenha ocorrido na decisão judicial.

2. Pronuncia-se a inexistência dos pressupostos da via recursal integrativa quando o acórdão embargado não incide em nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015 nem carece de fundamentação por qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do mesmo diploma.

3. Não cabe, na estreita via da instância especial, intervir em matéria da competência do Supremo Tribunal Federal, ainda que para prequestionar princípios e normas constitucionais, sob pena de contrariedade das rígidas atribuições jurisdicionais fixadas na Carta Magna.

4. Em face do caráter manifestamente protetatório dos embargos, aplica-se a multa de 2% (um por cento) prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, que deverá incidir sobre o valor da causa atualizado.

5. Embargos de declaração rejeitados com a imposição de multa. (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.428.903/PE, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2016);

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM PETIÇÃO DE HERANÇA. DECADÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. ENFRENTAMENTO EXPRESSO DE TODAS AS QUESTÕES DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES INEXISTENTES.

1. Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradições, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento da parte e corrigir erro material.

2. Inexistência de qualquer vício a fazer acolhido os aclaratórios, estando presente apenas o intuito de revisão do entendimento manifestado por este STJ.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(EDcl no AgRg no REsp n. 1.426.981/SC, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 1º/6/2016).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator